

## Porta para atender pauta dos servidores não está fechada, mas é preciso mobilização

Esta terça-feira, 3, teve Dia Nacional de Luta dos servidores federais, com atos em diversas capitais e movimento também nas redes sociais onde a categoria busca respostas para as principais demandas da Campanha Salarial 2024. Confira no [Story](#) em nossas redes sociais alguns registros das atividades nos estados nesta terça.

Em Brasília, uma comissão de servidores representados pelo Fonasefe, Fonacate e centrais sindicais, tentou se reunir com a ministra da Gestão, Esther Dweck. O secretário de Gestão de Pessoas do MGI, José Feijóo, recebeu os representantes dos servidores.

O secretário-geral da Condefe/Fenadsef e o diretor da Confederação e da CUT, Pedro Armengol, fazem um resumo do resultado da conversa. Assista na íntegra.

Feijóo sinalizou que uma nova reunião da MNNP deve ocorrer somente em novembro, mas não descartou a possibilidade de apresentar alguma proposta



aos servidores. No encontro as entidades cobraram detalhes sobre o que o governo tem para apresentar.

Para Armengol, as portas para o avanço no atendimento de demandas urgentes não parecem estar fechadas, mas vão depender muito do poder de mobilização da categoria.

A luta por recomposição salarial, reestruturação de carreiras, equiparação dos benefícios, revogação e contra a PEC 32 deve seguir em todos os estados. Até sábado, 7, a agenda de atividades dos servidores em defesa de sua pauta de reivindicações continua.

Fonte: [www.cut.org.br/noticias](http://www.cut.org.br/noticias)



## Participação do trabalhador no processo da sua atividade é vital para a saúde mental

Dirigentes sindicais afirmam que saúde ocupacional não dá conta dos adoecimentos psíquicos do trabalhador, e que é preciso olhar com cuidado para as relações de trabalho

[Matéria completa em cut.org.br/noticias](http://www.cut.org.br/noticias)



## Comissão de Educação do Senado debate plano de incentivo à carreira em salas de aula

A Comissão de Educação do Senado se reuniu nesta terça-feira (3) para debater a Política Nacional de Incentivo e Benefícios aos futuros docentes da educação básica do país. A reunião surge em um momento de preocupação com o atual cenário para os professores e professoras, como a falta de atratividade para a carreira da classe e os baixos salários. Durante o encontro, foram abordadas alternativas que possam reverter esse quadro e atrair mais estudantes de graduação em pedagogia e licenciatura no ingresso e permanência na carreira.

A reunião contou com a presença da senadora professora Dorinha Seabra (União-TO), da coordenadora geral da Campanha pelo Direito à Educação, Andressa Pellanda, da diretora de políticas educacionais do Instituto Península, Mariana Brenn, e da secretária de Finanças da CNTE, Rosilene Corrêa.

“Existe uma preocupação sobre a formação inicial dos docentes, principalmente a perspectiva de incentivo ao ingresso e a permanência na carreira. Há pesquisas que apontam que a educação irá sofrer um colapso, com

um apagão de docentes, pois a nossa juventude não está se interessando pela carreira de professor/a. Não basta nos preocuparmos, precisamos pensar no que fazer”, relatou Rosilene.

Desde sua criação, as metas 16 e 17 do Plano Nacional de Educação (PNE), que tratam da formação continuada dos professores da educação básica e da valorização dos profissionais do magistério, respectivamente, foram as que menos avançaram, contribuindo para a precarização das relações de trabalho.

Rosilene disse que a realidade dos professores nos estados e municípios tem sido pautada pelo ainda mais priorizada pelo não pagamento dos pisos pelos governos. “O profissional não tem perspectiva de carreira. Eles chegam e não veem perspectiva de futuro e melhoria na sua profissão, para garantir, inclusive, uma qualidade de vida, que qualquer profissional busca”, lamentou.

Para Andressa, o atual cenário indica a necessidade de melhorias de cursos superiores para a formação de um profissional melhor qualificado e em condições de brigar por melhores salários.

Mariana defendeu, no entanto, que a questão da valorização do profissional não se refere somente à remuneração, mas também às condições de trabalho dos professores. De acordo com ela, há dados que apontam um crescimento no ensino à distância para formação de professores, e que isso tem sido motivo de preocupação. Segundo Mariana, atualmente, os docentes se formam, majoritariamente, em redes privadas de ensino, e em curso de pedagogia.

“Em cursos a distância, de dez estudantes que concluem a formação inicial, seis são na modalidade EAD. Isso é superior ao dobro, se comparado com outros cursos de ensino superior. Estamos formando professores com cursos autoinstrucionais”, alertou.

A senadora Dorinha apontou sobre a necessidade de revisão do piso salarial do magistério, e reforçou ser contrária à formação em EAD de profissionais da educação. “Me preocupo com o professor que estamos colocando à disposição. O MEC precisa fazer algo. As universidades federais ignoram e têm ignorado de maneira contínua o tipo de professor que precisamos para a escola pública”, citou.

Fonte: CUT.org.br